



Ata nº 007 da Sessão Ordinária nº 007, de 04 de fevereiro de 2014.

Às nove horas do dia quatro de fevereiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 1587/2013; ausência justificada dos Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES** e **MARA LÚCIA**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocada Auditora Márcia Costa, para apresentar Proposta de Decisão, nos termos do artigo 72, III, C do Regimento Interno. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 190012007-00; Prefeitura Municipal de Bujaru; Prestação de Contas – 2007; Responsável Emanuel Nazareno de Souza Muniz; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, face o descumprimento do art. 20, III, alínea "b" da LC 101/00, sem prejuízo de aplicação da multa prevista no art. 57, III da LC 25/94. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Bujaru, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Emanuel Nazareno de Souza Muniz, que deverá recolher as seguintes multas ao FUMREAP: 1 – R\$-10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no art. 57, I, alínea "b" da Lei Orgânica deste Tribunal, face o descumprimento do limite contido no art. 20, III, alínea "b" da LRF, e pela não apropriação dos encargos patronais no montante estimado de R\$-766.022,37 (setecentos e sessenta e seis mil, vinte e dois reais e trinta e sete centavos); 2 – R\$-1.250,00 (hum mil, duzentos e cinquenta reais), a título de multa, com base no art. 283, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a remessa da Lei Orçamentária Anual (LOA) com atraso de 38 dias; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 0620012004-00; Prefeitura Municipal de Redenção do Pará; Prestação de Contas – 2004; Responsável Mário Aparecido Moreira; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 08.08.2013; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Redenção do Pará a não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. Mario Aparecido Moreira, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: I – aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$-2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), a título de multa equivalente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre; 1.2 - R\$-57.085,00 (cinquenta e sete mil e oitenta e cinco reais), referente à conta "Agente Ordenador", em virtude da ausência de Contratos de Locação de Imóvel, cujos credores não foram identificados, relativas as NE's 004,026,029,024,007 e 984; II – ao



FUMREAP, aplicar as seguintes multas: 1.1. R\$-3.000,00 (três mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM; 1.2. R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$-268.177,34), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 110022008-00; Câmara Municipal de Bagre; Prestação de Contas – 2008 Anuais de Gestão; Responsável Agostinho Martins de Mattos; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Bagre, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Agostinho Martins de Matos, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: 1 - ao Tesouro Municipal: 1.1 - R\$-20.827,38 (vinte mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos), referente ao não registro de saldo anterior de caixa, que resultou em conta "Agente Ordenador"; 1.2 - R\$-5.049,00 (cinco mil e quarenta e nove reais), referente a multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos legalmente pagos ao Presidente da Câmara Municipal, com fundamento no art. 5º, I, § 1º da Lei Federal nº 10.028/2000, pelo envio intempestivo e incompleto dos RGF's; 1.3 - R\$-2.082,73 (dois mil, oitenta e dois reais e setenta e três centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor do "Agente Ordenador", a título de multa, com base no art. 58, da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei nº 084/2012). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1380022010-00; Câmara Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2010 Anuais de Gestão; Responsável Zacarias Rodrigues da Silva; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Zacarias Rodrigues da Silva, que deverá recolher no prazo de 30 (trinta dias) os seguintes valores: ao Tesouro Municipal: 1 – R\$-9.269,00 (nove mil, duzentos e sessenta e nove reais), pelo pagamento irregular de diárias acima do ato fixador, com fundamento no art. 35 da LO/TCM/PA; ao FUMREAP, as seguintes multas: 2 – R\$-10.000,00 (dez mil reais), pelo realização de despesas sem o devido processo licitatório, com fundamento no art. 282, I "b" do RI/TCM/PA; 3 – R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo descumprimento do art. 29-A, inciso I da CF/88 pela realização de despesas acima do limite constitucional; não apropriação e recolhimento das obrigações patronais em descumprimento ao art. 50, II da LRF, com fundamento no art. 282, I "b" do RI/TCM/PA; cópia dos autos deverá ser remetida ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 194072007-00; Fundo Municipal de Educação de Bujaru; Prestação de Contas – 2007; Responsável Sandra Helena Assunção Cordeiro; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, considerando o descumprimento do art. 164, § 3º da CF/88 e art. 43 da Lei 4.320/64, pela permanência de alto valor em espécie em Caixa (R\$-135.262,00), ficando o dinheiro fora do alcance da fiscalização dos órgãos de controle, o que pode indicar indício de desvio dos recursos públicos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,



decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Bujaru, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Sandra Helena Assunção Cordeiro, em favor da qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-15.428.758,10 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes multas: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais) com base no art. 57, I, alínea "b" da Lei Orgânica deste Tribunal, face a manutenção de saldo em caixa, ao final do exercício, no valor de R\$ 135.262,00 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais), e pela não apropriação dos encargos patronais no montante estimado de R\$-264.381,76 (duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos); - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 57, III, alínea "a" da Lei Orgânica deste Tribunal, face a não remessa do parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEB; com abstenção do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 042032005-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Prestação de Contas – 2005; Responsável Charlene Eleomar Araújo de Moraes (01/01 a 31/10) e Deusalina Barbosa Ribeiro (01/11 a 31/12); Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas da Ordenadora Charlene Eleomar Araújo de Moraes (01/01 a 31/10/2005) e pela regularidade das contas da Ordenadora Deusalina Barbosa Ribeiro (01/11 a 31/12/2005). A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Ordenadora Charlene Eleomar Araújo de Moraes, período de 01/01 a 30/10/2005, pela ausência de licitação para aquisição de combustível junto ao credor Francisco Bezerra Taveira, no valor de R\$-85.186,99 (oitenta e cinco mil, cento e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos), e despesas realizadas com o credor S.T.E Engenharia no valor de R\$-115.247,69 (cento e quinze mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e nove centavos), com dispensa de processo licitatório, sem a devida comprovação da situação de emergência do Município, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual; pela aprovação das contas de Deusalina Barbosa Ribeiro, período de 01/11 a 31/12/2005, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$ 776.932,65 (setecentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos). **Processo nº 0140132003-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA; Prestação de Contas – 2003; Responsável Esther Bemerguy de Albuquerque (1º e 2º Quadrimestre) e Everaldo de Souza M. Filho (3º Quadrimestre); Instrução Auditor Alcimar Lobato; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA, exercício 2003, de responsabilidade da Sra. Esther Bemerguy de Albuquerque (1º e 2º quadrimestre), e do Sr. Everaldo de Souza Filho (3º quadrimestre), que deverão recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os seguintes valores: I - Sra. Esther Bemerguy de Albuquerque (Ordenadora do 1º e 2º quadrimestres): 1.1 – aos Cofres Municipais: R\$ 11.376.987,72 (onze milhões, trezentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos), e R\$-4.249.018,33 (quatro milhões, duzentos e quarenta e nove mil, dezoito reais e trinta e três centavos), com as devidas correções, repassados em 2003 à CBB e FEMECAM, em função de aditamento aos Convênios nº 002/99 e 001/2000, cujas prestações de contas não foram enviadas a este Tribunal; 1.2 – ao FUMREAP: multa de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20122, pelas contas irregulares em função das graves impropriedades relatadas; II – o Sr. Everaldo de



Souza M. Filho (Ordenador do 3º quadrimestre), recolher ao FUMREAP a quantia de R\$-30.000,00 (trinta mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, pelas contas irregulares em função da ausência de processos licitatórios; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 145122008-00; Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB/PMB; Prestação de Contas - 2008 - Anuais de Gestão; Responsável Paulo Alberto Santos de Queiroz (01/01 a 31/03) e Suely Cristina Yassue Sawaki Mouta Pinheiro (01/04 a 31/12); Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de ambos os Ordenadores. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela aprovação das contas da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB/PMB, exercício de 2008, devendo ser expedido em favor de Paulo Alberto Santos de Queiroz e Suely Cristina Yassue Sawaki Mouta Pinheiro, os competentes Alvarás de Quitação, nos valores de R\$ 2.751.659,25 (dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e R\$ 8.440.434,48 (oito milhões, quatrocentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pelas despesas ordenadas nos períodos de 01/01 a 31/03 e 01/04 a 31/12, respectivamente*”. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares pediu Vista dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o Voto Vista para se pronunciarem. **Processo nº 201218272-00 – 1080012000-00; Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte; Recurso de Revisão contra a decisão Objeto da Resolução nº 9.162, de 18.09.2008; (Prestação de Contas de 2000); Responsável José Francisco da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo provimento parcial do recurso “*uma vez que as irregularidades não foram sanadas em sua totalidade, ocorrendo apenas a redução do valor da conta “Agente Ordenador” para R\$ 36.464,02 (trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos)*”. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo provimento parcial do Recurso de Revisão com a redução do valor do lançamento à conta “Agente Ordenador” para R\$-36.464,02 (trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos), que deverá ser recolhido aos Cofres do Município, devidamente atualizado, no prazo de quinze (15) dias. **Processo nº 882702007-00; Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará; Recurso de Revisão da decisão Objeto do Acórdão nº 23.537/13 (Prestação de Contas de 2007); Responsável Alfonço Luiz Batista; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso, mantendo a decisão do Acórdão nº 23.537/13. **Processo nº 200306474-00; Comissão de Bairros de Belém – CBB; Prestação de Contas do Convênio nº 002/1999 e 1º, 2º e 3º Aditamentos relativos aos exercícios de 1999 a 2002, firmado com a SESMA/PMB; Responsável Maria dos Anjos da Luz Evangelista, solidariamente com o Sr. Valdomiro Fonseca Furtado, Maria do Socorro Souza Santos e Vanda da Consolação Fernandes (Coordenadores Financeiros); Instrução Auditor Alcimar Lobato; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Alcides Alcântara, com manifestação pela Reabertura da Instrução do Conselheiro Daniel Lavareda, conforme Resolução nº 9.753, de 15.04.2010; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas dos Ordenadores. A



matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “acompanho, em parte, o voto de vista do Conselheiro Aloísio Chaves pela reprovação da prestação de contas do Convênio nº 001/2000 e 1º, 2º e 3º Aditamentos, firmados entre a Secretaria de Saúde do Município de Belém e a Comissão de Bairros de Belém, para o desenvolvimento dos programas “*Família Saudável*” e “*Agentes Comunitários de Saúde*”, no período de outubro de 1999 a dezembro de 2002, de responsabilidade da Sra. Maria dos Anjos da Luz Evangelista. Deve a Sra. Maria dos Anjos da Luz Evangelista recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor de R\$ 773.192,65 (setecentos e setenta e três mil cento e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos), devidamente atualizado, referente a despesas administrativas sem comprovação, solidariamente com os coordenadores financeiros, conforme discriminação a seguir: - Valdomiro Fonseca Furtado: R\$ 27.791,53 (vinte e sete mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos); - Maria do Socorro Souza Santos: R\$ 745.401,12 (setecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e um reais e doze centavos). Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o voto do Conselheiro Daniel Lavareda. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 001/2000, e 1º, 2º e 3º Aditamentos, firmados entre a Secretaria de Saúde do Município de Belém e a Comissão de Bairros de Belém, para o desenvolvimento dos programas “*Família Saudável*” e “*Agentes Comunitários de Saúde*”, no período de outubro de 1999 a dezembro de 2002, de responsabilidade da Sra. Maria dos Anjos da Luz Evangelista, com os seguintes recolhimentos: Sra. Maria dos Anjos da Luz Evangelista: recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor de R\$-773.192,65 (setecentos e setenta e três mil, cento e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos), devidamente atualizado, referente a despesas administrativas sem comprovação, solidariamente com os Coordenadores financeiros, conforme discriminação a seguir: - Valdomiro Fonseca Furtado: R\$-27.791,53 (vinte e sete mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos); - Maria do Socorro Souza Santos: R\$-745.401,12 (setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e um reais e doze centavos); cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 201212755-00; Associação dos Amigos da Terra Firme**; Prestação de Contas do Convênio nº 018/2012, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Heraldo Maria Silva Coelho; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014**. Retirado de Pauta. **Processo nº 201013555-00; Associação dos Moradores do Bairro do Guamá**; Prestação de Contas do Convênio nº 020/2010, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Joana Pantoja da Costa; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014**. Retirado de Pauta. **Processo nº 201022006-00; Fundação Acolher**; Prestação de Contas do Convênio nº 033/2010, celebrado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Antônio Pedro Alves de Freitas; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014**. Retirado de Pauta. **Processo nº 200804133-00; Centro Comunitário da Passagem Cruzeiro Unidos com Pantanal**; Prestação de Contas do Convênio nº 004/2008, firmado com a SEMEC; Responsável Joana dos Santos Barbosa – Presidente; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200918652-00; Associação Paraense de Preservação do Verde – APAVERDE**;



220 Prestação de Contas do Contrato nº 051/2009, firmado com o Gabinete do Prefeito/PMB; Responsável Élda
221 Cristina Silva Braz; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da
222 Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.
223 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
224 pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
225 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de
226 contas da Associação Paraense de Preservação do Verde – APAVERDE, referente ao Contrato nº 051/2009,
227 firmado com o Gabinete do Prefeito/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-20.000,00
228 (vinte mil reais), e anexação ao processo de prestação de contas do Gabinete do Prefeito, exercício de 2009,
229 para fins de verificação das falhas citadas no Parecer do MP, de fls. 122/123. **Processo nº 201304026-00;**
230 **Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre;** Portaria nº 076/2012; Responsável Jorge
231 Thomaz Lazameth Diniz; Instrução Assessoria Jurídica/TCM; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros;
232 Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.574, de 31.01.2014.** Cumprindo
233 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
234 registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
235 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 076/2012,
236 do Presidente do Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre, que concede pensão por morte a Sr.
237 Messias Rodrigues da Silva e Edinaldo Horácio Gama, com proventos no valor de R\$-746,40 (setecentos e
238 quarenta e seis reais e quarenta centavos). **Processo nº 201207475-00; Fundo Municipal de Saúde de**
239 **Salvaterra;** Contratos Temporários 2012, celebrados entre o FMS de Salvaterra e Ana Júlia de Barros de Assis
240 e Outros; Interessada Maria José Gomes de Araújo - Secretária de Saúde; Ministério Procuradora - Chefe
241 Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Auditora Márcia Costa. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
242 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi
243 colocada **em discussão**. A Auditora convocada proferiu sua **PROPOSTA DE DECISÃO**. A Presidência
244 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato, com aplicação
245 de multa e anexação à prestação de contas respectiva. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. Processo nº**
246 **201218338-00; Secretaria Municipal de Saneamento de Belém – SESAN;** Análise preliminar do Edital
247 da Concorrência Pública nº 09/2013- prestação de serviço de operação de Aterro Sanitário para operar o
248 Vazadouro do Aurá, nas condições de um aterro controlado, visando seu encerramento; Responsável Luis
249 Otávio Mota Pereira – Secretário SESAN, Tereza Luisa Mártires Coelho Cativo Rosa – Secretária SEGEPI; Relator
250 – Conselheiro Cezar Colares. Ouvido o Ministério Público, este manifestou-se favorável a revogação da medida.
251 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
252 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela suspensão da medida cautelar que impediu o
253 prosseguimento do certame licitatório referido, ficando ressaltado que tal feito não implica em reconhecimento
254 da validade de todo o processo licitatório por parte deste Tribunal de Contas dos Municípios, que exercerá suas
255 competências legais e constitucionais aquando da prestação de contas do exercício relativo a data de
256 assinatura do Contrato. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; 1)
257 Processo nº 201206784-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas;
258 Aposentadoria de Ivelise Corrêa Santana. 2) Processo nº 201205136-00; Instituto de Previdência Social dos
259 Servidores do Município de Altamira; Pensão de Lília Rocha Coutinho da Fonseca e Gabriel Felipe Rocha da
260 Fonseca. 3) Processo nº 200918806-00 (V vls); Prefeitura Municipal de Portel; Contratos temporários de
261 Adonias Barbosa de Souza e outros. Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; 1) Processo nº 201306032-00;
262 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos de Pensão de
263 Muara Dias Silva. 2) Processo nº 201306033-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém



– IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de João Ilemos Mendes. 3) Processo nº 201306038-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos de Aposentadoria de Ana Lucia Bentes da Silva. 4) Processo nº 201303562-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Manoel Soares da Silva. 5) Processo nº 201306274-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria Claudia de Moraes Costa. 6) Processo nº 201311964-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria de Leone Maria da Costa Sousa. Relatora - Conselheira Mara Lúcia; 1) Processo nº 201308048-00; Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará; Contratos temporários de Adelson dos Santos Mota e outros. 2) Processo nº 201308360-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos temporários de Kátia Regina Martins Cavalcante e outros. 3) Processo nº 201310803-00; Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC; Contratos temporários de Sônia Maria Ladislau Nascimento e outros. 4) Processo nº 201005243-00 (X vls); Fundação Papa João XXIII; Contratos temporários de Arlene Alves Ribeiro e outros. Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; 1) Processo nº 201217344-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Nilema Débora Alexandrino Silva. 2) Processo nº 201217565-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Zuila Abreu da Silva. 3) Processo nº 201217575-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos de Aposentadoria de Maria de Nazaré de Magalhães Pinto. 4) Processo nº 201217766-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Maria José Cabral Pinheiro. 5) Processo nº 201300140-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Sônia Moreira Lima. 6) Processo nº 201105059-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de João Consenza. 7) Processo nº 201217539-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Pensão de Rosinalda de Lima Lobo. 8) Processo nº 201104368-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria Carvalho Freitas. 9) Processo nº 201109569-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Francisco Miguel Marques. 10) Processo nº 201200204-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria das Graças Cruz Bulhões. 11) Processo nº 201112729-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas; Decretos que nomeiam João Paulo da Silva e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2010. 12) Processo nº 201118119-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas; Decretos que nomeiam Noeme Alves Dias e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2010. 13) Processo nº 201220410-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Contratos temporários de Célia da Graça de Andrade Lins e outros. Relator - Conselheiro Sérgio Franco Dantas; 1) Processo nº 201213788-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Maria Dias Gonçalves.

PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA a presente Sessão, às onze horas e vinte e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatro de fevereiro de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão